

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

da  
Fundação Getúlio Vargas  
Secretaria

Cursos de Formação e Especiais

IECS - 1.02

Professor: MICHEL DEBRUN

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

TEMA: OS PERIGOS DA ABSTRAÇÃO

A palestra precedente mostrou-nos o perigo que representam, nas ciências sociais, as pesquisas localizadas não acompanhadas ou orientadas por construções teóricas de suficiente precisão e amplitude. Porém a especulação pode esclarecer os estudos pormenorizados e as aplicações práticas por várias maneiras, nem sempre fecundas. Pode-se, em particular, distinguir, entre os teóricos, os "de gabinete" e aqueles que, embora sempre sustentando a necessidade de uma formulação sistemática dos fenômenos humanos, não hesitam em pôr-se "em campo".

Não se deve deixar de reconhecer que muitos cientistas sociais franceses, notadamente os sociólogos, figuram na primeira categoria. Tomemos, por exemplo, os trabalhos de um Durkheim ou os de um Levy-Bruhl (o antropólogo francês que melhor estudou a mentalidade primitiva). Esses trabalhos apresentam vários traços significativos, que passamos a expor e a criticar:

1<sup>o</sup> As construções teóricas — por vêzes bem sedutoras — que formulam não resultam, em sua maior parte, de uma experiência direta da realidade humana. Durkheim escreveu seu livro mais importante — sobre "As Formas Elementares na Vida Religiosa" — contentando-se com fazer uso dos trabalhos de etnólogos anglo-saxões de seu tempo (circa 1900), como, por exemplo, os de Spencer e Gillen sobre as tribos primitivas do centro da Austrália. Levy-Bruhl escreveu toda a sua obra baseada nas narrativas de etnólogos, de missionários ou de administradores coloniais. Chegou mesmo a utilizar-se de fontes de segunda mão.

Essa maneira de proceder é evidentemente pouco científica. Não está em causa a honestidade intelectual das pessoas citadas por Durkheim ou Levy-Bruhl, mas é possível que essas pessoas, por motivo mesmo das funções que exerciam (sobretudo os missionários e os administradores) tenham tido um ponto de vista de todoli

mitado: como pode um missionário ver numa religião arcaica, mesmo se simpatiza com ela e com seus adeptos, outra coisa que não um sistema de crenças e de comportamentos mais ou menos estranhos — "alógicos" (para usarmos um qualificativo de Levy-Bruhl que, aliás, no fim da vida, renunciou a empregá-lo)? De um modo mais geral, não será extremamente perigoso, quando se colhem fatos para elaborar teorias, não recolher em pessoa êsses fatos ou, pelo menos, verificar pessoalmente a autenticidade dos fenômenos descobertos por outrem?

2ª É verdade que Durkheim e Levy-Bruhl respondiam a essa objeção dizendo que é possível distinguir, nos trabalhos dos missionários, dos administradores etc., o que é fato e o que é interpretação, através de uma comparação dêsses trabalhos uns com os outros: se as narrativas referentes à religião dos indígenas norte-americanos concordam com aquelas concernentes à religião das tribos bantas da África do Sul — então isso prova a objetividade de observadores diferentes. Admitámo-lo — se bem que o fato de serem unânimes os observadores pertencentes à mesma cultura (a maioria dos etnólogos tem sido, até o momento, de formação ocidental-européia ou norte-americana) não prove grande coisa: como bons "intelectuais" Durkheim e Levy-Bruhl pensam que qualquer compreensão dos fenômenos humanos deve basear-se numa observação, numa contemplação dêsses fenômenos, e nunca recorrem à experimentação. Somente exigem dos autores de que se utilizam uma observação fiel e êles próprios, quando, por exceção, chegam a estudar diretamente os fenômenos sôbre os quais levantarão uma teoria, conservam sempre a atitude do espectador que considera a realidade sem nela intervir (desa maneira Durkheim, pesquisando as causas do suicídio, esforça-se primeiro, por extrair o sentido exato das estatísticas nas quais irá apoiar-se: trabalho indispensável, porém que permanece no domínio da observação). Ora — é aqui urge fazer justiça à psicologia norte-americana, que lançou luzes sôbre êste ponto tão importante — os fenômenos, tanto humanos quanto naturais, não se revelam em tôda a plenitude de sua natureza senão àqueles que, ultrapassando a observação passiva, a pura constatação, se propõem agir sôbre êles, fenômenos, através da experimentação.

Tomemos um exemplo:

Suponhamos que desejássemos descobrir a influência, sôbre o rendimento do trabalho, daquelas modalidades em que êsse mesmo trabalho pode ser efetuado: trabalho por etapas, trabalho com in

tervalos para recreação, trabalho de tempo reduzido etc. Poder-se-ia o sociólogo contentar com reunir (é, aliás, o que muita vez sucede) um certo número de documentos relativos à elevação ou ao decréscimo do rendimento do trabalho em tal país, tal empresa ou grupo de empresas, como resultantes de transformações no regime de trabalho desse país ou dessas empresas. Porém, não só um empreendimento dessa espécie tende a exigir tempo considerável (é necessário aplicar o método comparativo, considerar o maior número possível de fenômenos, remexer inúmeras estatísticas) como também não poderemos discernir exatamente o papel desempenhado por tal regime de trabalho em tal elevação ou decréscimo de rendimento: em geral a passagem de um para outro regime de trabalho — por exemplo, do trabalho por etapas para o trabalho de tempo reduzido — acompanha uma modificação do clima social (pode verificar-se, p. ex., em seguida a uma mudança de orientação política) e, assim, podemos perguntar a nós mesmos se a transformação correlativa do rendimento se deve apenas à mudança do regime de trabalho ou à do clima social em seu conjunto. Se desejamos medir mais diretamente a influência do regime de trabalho como tal, parece necessário passar do estágio da observação para o da experimentação, a fim de isolar artificialmente o fator "regime de trabalho". Vejamos uma experiência levada a efeito nos E.U. com cinco empregados da Western Electric: esses empregados foram separados dos demais e reunidos num grupo com o qual se experimentaram sucessivamente as diferentes modalidades de trabalho já mencionadas; aumentando constantemente o rendimento do trabalho (a certa altura chegou-se mesmo a suprimir um certo número de vantagens financeiras anteriormente adquiridas pelos empregados) — os encarregados da experiência chegaram à conclusão de que as condições externas do trabalho exerciam no caso um papel menos importante que o sentimento de própria coesão progressivamente adquirido pelo grupo; essa coesão permitia ao grupo melhorar o ritmo do trabalho mesmo em circunstâncias desfavoráveis. O regime de trabalho, se bem que algumas de suas formas nos pareçam intoleráveis (trabalho em série, p. ex.), exerce, portanto, influência menor sobre o comportamento dos indivíduos e dos grupos que certos fatores mais propriamente sociais, como a "atmosfera" de unidade ou de dispersão à qual esses indivíduos e esses grupos são submetidos. É claro que — a esta altura não devemos olvidar as lições da primeira palestra — esta conclusão deve ser considerada em todas as suas gradações: somente poderá ser válida no interior de uma sociedade global determinada, i. e., a norte-americana. Não deixa de ser verdadeiro, entretanto, que, no interior dessa sociedade, tal conclusão

só poderia ser atingida por estudiosos que houvessem provocado a realidade através de uma experimentação, em vez de se limitarem a contemplá-la por meio da observação. Enquanto as ciências sociais se recusarem a agir sobre o mundo humano, não poderão obter d'êle senão uma imagem mal refletida, na qual a ação de cada fator estará longe de encontrar-se perfeitamente delimitada.

3ª Isso tudo nos leva ao terceiro ponto: se os fenômenos psicológicos e sociais somente podem ser conhecidos em profundidade com a ajuda de experimentação, a ciência e a ação se tornam inseparáveis. Durkheim e Levy-Bruhl concebiam sua ciência — e as ciências sociais em geral — como processos puramente teóricos, cujas construções podiam ser elaboradas "no gabinete". Sem dúvida esperavam que a ação do político, do economista etc., se baseasse em tais construções — "aplicando-as" (aqui se nos depara a fórmula de Augusto Comte: "Ciência, donde previdência; previdência, donde ação) — porém sem contribuir para sua gênese. Não só se reconhecia o primado da teoria, como era esse mesmo primado a expressão de uma dualidade temporal: a teoria devia ser formulada antes do desenrolar da ação. Em suma, a ação — pelo menos a ação relevante, como a do político ou do economista refletido — era concebida como simples papel-carbono, mero prolongamento das especulações do teórico. Contudo, se para compreender o real necessitamos agir sobre êle — e o que dissemos com referência aos cinco empregados da Western Electric poderia ser estendido a grupos bem mais vastos — então a ação assume nova dignidade: não mais se limita, para transformar o mundo, a utilizar as conclusões da teoria, porém surge como indispensável à formulação da própria teoria. Neste ponto, é curioso notar, os estudos sociais de inspiração americana se aproximam do marxismo, para o qual, igualmente, o conhecimento verdadeiro é forjado na "praxis", i.e., na ação executada pelo homem para transformar a natureza de suas relações com o universo e com seus semelhantes.

É certo que essa noção de uma "ciência-ação" (quase que poderíamos utilizar, mais uma vez, a expressão de Kurt Lewin, lembrada na primeira palestra: "action research", pesquisa ativa) suscita uma dificuldade: se uma teoria, para poder ser concreta, necessita ser construída na ação, como pode essa teoria pretender esclarecer a mesma ação? Se a ação é indispensável à teoria, não nos leva a isso de volta ao empirismo, por nós denunciado logo de saída? Não será necessário, para que a experimentação não ande às cegas, que seja, ao contrário, precedida por uma teoria, tão geral e sistemática quanto possível? Porém, nesse caso, não estamos vol

tando ao "estilo" de Durkheim, ou ao de Levy-Bruhl? De que modo sobrepuzar o dilema empirismo — teóricos "de gabinete"?

Esse círculo vicioso é apenas aparente: é certo que a experimentação e a ação só podem ser fecundas se orientadas por uma teoria preliminar da realidade humana e das relações entre os diferentes fenômenos que a constituem — coisa que nem sempre vêm os psicossociólogos que acabamos de criticar; todavia não é menos certo que a teoria pode e deve ser renovada, vivificada pela ação que ela mesma ajudou a suscitar. Poderíamos resumir esta discussão através dos seguintes esquemas:

Empiristas: da ação para o conhecimento (o conhecimento só tem interêsse desde que se apresente como auxiliar da ação, esta ditando àquele suas exigências).

"Teóricos de gabinete": do conhecimento para a ação (a ação válida se apresenta como uma consequência do conhecimento, que não é por ela enriquecido).

Terceira posição: do conhecimento para a ação para o conhecimento para a ação etc... (o conhecimento inspira a ação, porém dela sofre desde logo o impacto retroativo: a teoria — em lugar de fixar-se num rígido edifício de conceitos — transforma-se numa criação contínua. Deve haver, nesse caso, uma "reciprocidade" dialética entre conhecimento e ação.

4<sup>a</sup> Por êsse mesmo caminho descobrimos uma nova falha nas teorias construídas em compartimentos estanques: não sendo elas suficientemente "ventiladas" pela experimentação — nem mesmo, como vimos, pela observação direta — tendem, constantemente, a ser a um tempo demasiado gerais e demasiado particulares, minuciosas.

a) demasiado gerais: o teórico — mais uma vez Durkheim e Levy-Bruhl constituem exemplos impressionantes — falará genericamente em "sociedade" e será sensível às características específicas de tal sociedade e de sua história. Até certo ponto, é legítimo que assim seja: acusamos os psicossociólogos americanos de abandonar o estudo de uma sociedade ou de grupos em particular sem mostrar os laços entre essas totalidades singulares e a história universal, e sem elucidar o conceito de sociedade, as relações entre o social e o psíquico etc. É necessário, portanto, que o teórico leve em conta a sociedade e não apenas as sociedades: mas essas considerações gerais serão desprovidas de valor a não ser que se mi-

tam, paralelamente, a melhor compreensão de tal sociedade ou de tal grupo, pois as construções abstratas só têm sentido se podemos, graças e elas, voltar ao concreto para arrebatá-lhe o significado. Ora, um Durkheim, um Levy-Bruhl, separados da realidade viva, nos propõem sistemas vastos a partir dos quais se torna impossível isolar uma realidade singular: não será, p. e., pelo fato de eu saber, tendo lido Durkheim, que a evolução histórica engendra uma ordem social cada vez mais complexa, não será por saber isso que estarei preparado para o estudo sociológico da sociedade brasileira e de sua evolução. O de que necessito são instrumentos conceptuais que forneçam, mesmo para sendo gerais, meios de medir o ritmo, o "tempo" dos diversos grupos sociais, a resistência ou a facilidade que a difusão de idéias novas, de novas formas de economia etc., encontra no seio desse grupo — permitindo-me êsses instrumentos, vou poder, por exemplo, se desejo compreender o processo das economias coloniais ou semi-coloniais, que leve a efeito uma análise da "situação colonial" (muito bem descrita, aliás, por um sociólogo francês, Georges Balaudier). Essa análise permanece geral, por ser aplicável a grande número de sociedades (as sociedades coloniais), que se esforça, por outro lado, por situar no conjunto das sociedades possíveis. Pode, no entanto, nem por isso, ser utilizada na interpretação de um fenômeno concreto, p. g., a economia colonial na África Ocidental Francesa.

b) demasiada generalização: com o teórico se propõe, antes de tudo, a fornecer uma interpretação de conjunto da realidade humana, ou simplesmente da realidade psicológica, social etc., não lhe compete dar uma imagem minuciosa dessa realidade. Cabe isso às ciências sociais aplicadas, que se baseiam na interpretação global fornecida pelo teórico, interpretação que, por outro lado, tais ciências podem e devem enriquecer através de uma espécie de choque reativo (análogo àquele que vimos há pouco, ao falarmos das relações entre conhecimento e ação). Ora, acontece muitas vezes anteciparem os teóricos perniciosos que somente um estudo local seria capaz de fornecer de modo conveniente: separado do concreto, o pensamento desses teóricos reconstrói o mesmo concreto de maneira fantasista. Assim é que Durkheim, em vez de contentar-se com afirmar que as sociedades, através da história, apresentam crescente complexidade (constatação verdadeira, porém de pouco alcance), coloca como princípio evidente o caráter absolutamente simples da sociedade primitiva. Estudos posteriores mostraram a inexatidão dessas

firmitativa: as sociedades mais arcaicas já se apresentam complexas (cf. Claude Lévi-Strauss e seu livro "A vida social e familiar dos índios Nambikwara") reunindo-se no seio delas agrupamentos heterogêneos — segundo a idade, o sexo, o parentesco etc. Essa concepção de Durkheim teve conseqüências graves: impediu, por longo tempo, o desenvolvimento da sociologia aplicada aos grupos primitivos; os discípulos de Durkheim esforçavam-se em vão por descobrir uma simplicidade de estrutura social que só existia na mente de seu mestre. O critério sistemático de abordagem deve fornecer às pesquisas pormenorizadas um quadro e uma orientação e não um conteúdo; O critério deve guiar as pesquisas (assim como estas podem renovar a quêle) e não substituí-las.

Evidentemente, isso não quer dizer que o teórico não tenha o direito de apresentar minúcias concretas: nesse caso, entretanto, ou êle as extrairá de pesquisadores especializados, ou então tornar-se-á êle próprio, por algum tempo, pesquisador especializado.

5<sup>a</sup> Em suma, a abstração dentro da qual se movimentam os teóricos leva-os facilmente a fortificar cada vez mais os limites que separam uma ciência social das outras ciências que lhe estão próximas, o mesmo se dando quanto aos objetivos dessas ciências. É legítimo e indispensável delimitar o "individual", o "social", o "histórico".etc., e, paralelamente, a psicologia, a sociologia, a história, e assim por diante. Necessário será, contudo, levar também em conta que a maioria dos fenômenos humanos são polivalentes: são, por exemplo, ao mesmo tempo individuais, sociais, históricos etc., — ou, ao mesmo tempo, religiosos, econômicos, políticos etc.; que o processo que melhor convém ao seu estudo não é nem o processo do psicólogo puro nem o do sociólogo puro ou o do puro historiador; nem tampouco o da sociologia religiosa, nem o da sociologia econômica ou política; e, sim, uma abordagem total. Esse critério de abordagem total é praticado por alguns especialistas: um livro como "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II", de Fernand Braudel, não é nem obra de historiador, nem obra de sociólogo, geógrafo, economista etc. — e, no entanto, é, de uma vez história, sociologia, geografia e economia da bacia mediterrânea no momento do apogeu do poder espanhol. Ora, é preciso convir que um livro como êsse só se tornou possível após o desmoronamento de certas regras prescritas pelos "teóricos de gabinete", em particular por Durkheim. Durkheim pensava, por exemplo, que os fenômenos sociais são auto-suficientes e que, conseqüentemente, a causa de um fato social deve ser procurada unicamente em outro fato social; en-

quanto que Braudel não hesita em utilizar a estrutura geográfica da bacia mediterrânea para explicar o comportamento social e a história dos povos ribeirinhos, (da mesma forma tenta mostrar, inversamente, como êsses povos utilizaram — e mesmo, até certo ponto, modificaram — a estrutura geográfica que lhes serviu de ambiente). Uma nova teoria dos fenômenos humanos deve ser elaborada: provocada pelos estudos dos especialistas, deverá essa teoria esforçar-se por justificar as correlações que se afirmam cada vez mais entre as diferentes ciências sociais (e entre seus objetos).

Conclusão: - A reconhecida importância que se atribui à necessidade de uma interpretação sistemática e coerente da realidade humana — interpretação sem a qual as pesquisas localizadas ficam expostas a consideráveis erros de perspectiva (vide a primeira palestra) — não significa que a razão, separada do real, deva, de fora, impor a êste suas exigências. A teoria não pode orientar as pesquisas pormenorizadas e as experiências que estas implicam, a não ser sob condição de basear-se a própria teoria numa experiência direta dos fenômenos humanos, experiência que deve, por outro lado, conter o mínimo de observação e o máximo de experimentação.

#### BIBLIOGRAFIA:

Durkheim: "Les règles de la méthode sociologique"

— "La division du travail social".

Levy-Bruhl: "La mentalité primitive"